



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

28/01/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Eletricitários fazem greve nacional

Eletricitários de todas as regiões do País estão em greve por tempo indeterminado. O movimento mais consistente é visto em Furnas, no Rio de Janeiro, onde o movimento paredista teve início no dia 17 de janeiro. Os trabalhadores lutam contra a privatização do sistema Eletrobras e por direitos.

Segundo informa a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a direção de Furnas tenta empurrar para as costas dos funcionários um aumento abusivo na contribuição do plano de saúde – a intenção é subir de 10% para 40% o valor.

Já os eletricitários de outras empresas, como a Eletronorte Brasília e Companhia Hidrelétrica do São Francisco, lutam também pelo pagamento da Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR), por melhores condições de trabalho, contra as escalas abusivas, contra a diminuição do valor de diárias de viagens e pela aquisição de testes de Covid-19 nas empresas.

Esta luta, informa a FNU, também é para mostrar a força da categoria diante da tentativa do governo federal em privatizar o sistema. O processo de entregar a Eletrobras à iniciativa privada está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). A intenção é aprovar o projeto ainda neste ano e assegurar que a privatização seja feita antes do período eleitoral de 2022.

Segundo informa Fernando Pereira, secretário de energia na FNU, a direção da empresa se recusa a dialogar com os eletricitários. “Já solicitamos reuniões diversas vezes, mas o presidente Rodrigo Limp nos ignora”, ele diz.

Segundo Eduardo Annunziato (Chicão), presidente do Sindicato dos Eletricitários de SP, haverá assembleia no dia 27 aos funcionários da Enel para discutir os rumos da luta pelo emprego. “O enfrentamento à terceirização, o fim de algumas atividades e a valorização do trabalhador serão discutidos nessa assembleia”, explica o dirigente.

“Somos a categoria mais importante do País. Sem nós, os hospitais não funcionam, as produções param. E estão nos desvalorizando. Estão tirando a dignidade do trabalhador”, ressalta Chicão.

Para o presidente dos Eletricitários de SP, o setor empresarial tenta de todas as formas rebaixar o custo do trabalhador. “Mas não somos custo, somos necessidade”, ele reforça.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de janeiro.

Corte no orçamento do INSS prejudica segurados e ameaça pedidos de aposentadoria

O Orçamento de 2022, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), prevê o corte de R\$ 988 milhões na verba destinada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com o diretor do Sindicato dos trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (Sinssp), Antônio Carlos Lima, o corte do governo Bolsonaro no orçamento do INSS é um “caos”, já que o serviço já sofre com um desmonte nos últimos anos. “Estamos com agências fechando pelo Brasil, sem contratação de servidores e, no ano passado, tivemos 1,8 milhão de famílias que tiveram seus benefícios represados. Esse corte pode afetar ainda mais o atendimento que está longe do que o trabalhador merece e paga por ele. Os números de benefícios deverão ainda mais ser reduzidos”, alertou, em entrevista ao jornalista Glauco Faria, da Rádio Brasil Atual, nesta quarta-feira (26).

Os cortes podem comprometer o atendimento em um cenário no qual a fila de espera por benefícios no INSS chegou a 1,85 milhão de pedidos em novembro de 2021, dos quais 1,3 milhão com período de espera acima de 45 dias. Entre os requerimentos parados na fila de espera em novembro, a maior parte se referia a pedidos de Benefício de Prestação Continuada (BPC) voltados à pessoa de baixa renda com deficiência, com 630.668 pedidos. Em seguida vinham aposentadoria por idade (297.553) e aposentadoria por tempo de contribuição (262.393).

“A estabilidade do servidor público garante o acesso dos trabalhadores ao serviço. Imagine como seria a pandemia sem servidores nos postos de saúde ou no INSS. Porém, o governo busca a precarização dos serviços para terceiriza-los, o que é ainda mais lamentável e sem nenhuma preocupação com o povo”, criticou.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 27 de janeiro.

R\$ 208 milhões do abono do PIS estão esquecidos

Um total de R\$ 208 milhões em abonos salariais está esquecido e poderá ser sacado por 320 mil trabalhadores a partir do dia 8 de fevereiro. Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, esses brasileiros têm direito de receber o abono do PIS (Programa de Integração Social) e do Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) referente ao ano de 2019, mas não fizeram o saque até o dia 30 de junho de 2021, quando encerrou o calendário de liberações.

Tem direito ao abono antigo do PIS quem exerceu atividade remunerada formal em 2019 por pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, e recebeu remuneração média mensal de até dois salários mínimos. Em 2019, o salário mínimo era R\$ 998 e o abono é pago para quem recebeu, em média, até R\$ 1.996 naquele ano.

Também é necessário que o trabalhador esteja cadastrado no programa PIS/Pasep ou no Cnis há pelo menos cinco anos. Para quem deveria ter sacado em 2021 o valor referente ao trabalho realizado em 2019, o primeiro emprego deve ter começado até 2014. É exigido ainda que o empregador tenha contribuído para o PIS ou Pasep e tenha informado corretamente os dados do funcionário na Rais (Relação Anual de Informações Sociais) ou no eSocial.

Segundo o ministério, historicamente, a média de trabalhadores que não sacaram o abono se repete a cada ano. No último calendário de pagamentos, foram identificados 22,2 milhões de trabalhadores com direito ao benefício. Cerca de 98,5% sacaram seus valores, num total de R\$ 17,2 bilhões.

Os valores ficam disponíveis por no máximo cinco anos, contados a partir da data de encerramento do calendário de pagamento anual, sem considerar eventuais prorrogações, informou o ministério.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 28 de janeiro.

Ômicron deve atrapalhar confiança do empresário nos próximos meses, diz FecomercioSP

Os empresários do comércio da capital paulista abriram 2022 com otimismo para expandir seus negócios e contratar funcionários, mas o avanço da ômicron pode atrapalhar as expectativas nos próximos meses, avalia a FecomercioSP.

Os números de janeiro ainda foram positivos, porém, o horizonte traz incertezas diante da desaceleração do consumo e da baixa perspectiva de crescimento da atividade econômica neste ano.

O índice de confiança dos empresários do comércio para janeiro —que considera a percepção em relação ao segmento, à sua empresa e à economia do país— registrou a oitava alta consecutiva, com avanço de quase 22% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da entidade. Em relação a dezembro, o crescimento foi de 2,1%.

O otimismo para expandir os negócios também subiu 2,3% na comparação mensal, mesmo percentual de avanço do indicador que mede as expectativas para a contratação de trabalhadores.

Segundo a FecomercioSP, os estoques das lojas apresentam sinais de normalização, mesmo diante dos efeitos da falta de insumos no varejo. Na comparação com janeiro de 2021, o índice cresceu 17%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 28 de janeiro.

Taxa de desemprego recua para 11,6%, mas renda volta a cair no Brasil

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 11,6% no trimestre encerrado em novembro de 2021, informou nesta sexta-feira (28) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado veio um pouco abaixo das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam taxa de 11,7%.

No trimestre anterior, finalizado em agosto de 2021, a taxa de desocupação estava em 13,1%. Entre setembro e novembro de 2020, era de 14,4%.

"Esse resultado acompanha a trajetória de recuperação da ocupação que podemos ver nos últimos trimestres da série histórica da pesquisa. Esse crescimento também já pode estar refletindo a sazonalidade dos meses do fim de ano, período em que as atividades relacionadas principalmente a comércio e serviços tendem a aumentar as contratações", afirma a coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

A renda, contudo, voltou a cair na média. O rendimento real habitual do trabalho, de R\$ 2.444, recuou 4,5% frente ao trimestre anterior e diminuiu 11,4% em relação a igual trimestre de 2020. É o menor nível da série histórica, iniciada em 2012.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 28 de janeiro.